

Glória Gonçalves Sena.

2.3.7. Processo nº 000188-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará  
Requerido(s): Estabelecimento Bom Bar e Restaurante  
Origem: PJ de Igarapé-Miri

Assunto: Apurar poluição sonora e perturbação do sossego alheio provenientes do Bom Bar e Restaurante, localizado na Rua Lauro Sodré, 1140 - bairro Centro, nesta cidade de Igarapé-MIRI.

2.3.8. Processo nº 000040-906/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará  
Requerido(s): Serviço de Atendimento ao Cidadão de Marabá  
Origem: 6ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a qualidade na prestação de serviço público no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SACI) em Marabá.

2.3.9. Processo nº 001995-477/2016

Requerente(s): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar pedido de providências em prol da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ananindeua - APAE, objetivando o credenciamento da instituição junto ao município de Ananindeua.

2.3.10. Processo nº 001310-450/2015

Requerente(s): Conselho Tutelar II de Ananindeua

Requerido(s): Sociedade Beneficente São Camilo "Hospital Anita Gerosa"

Origem: 4º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de alto índice de mortalidade infantil de natimorto no Hospital Anita Gerosa de Ananindeua.

2.4. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

2.4.1. Processo nº 000155-012/2017

Interessado: Lorena Moura Barbosa de Miranda

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará

Assunto: Prorrogação do pedido de afastamento para frequentar curso de mestrado na Universidade de Lisboa/Portugal.

2.4.2. Processo nº 000325-125/2016

Requerente(s): Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SINDMEPA

Requerido(s): Hapvida Assistência Médica Ltda, Hospital Layr Maia

Origem: 2º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar fatos acerca da UTI do Hospital Layr Maia, vinculado ao Plano de Saúde HAPVIDA.

2.4.3. Processo nº 004409-031/2015

Requerente(s): Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alenquer

Requerido(s): Em apuração

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível conflito fundiário na Colônia denominada Mata Galinha, localizada no Município de Alenquer.

2.4.4. Processo nº 000017-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Brasil Novo

Origem: PJ de Brasil Novo

Assunto: Apurar possível deficiência no fornecimento de transporte escolar seguro e adequado a todos que necessitam do serviço no Município de Brasil Novo.

2.4.5. Processo nº 000645-125/2016

Requerente(s): Departamento de Vigilância Sanitária do Município de Belém - DEVISA

Requerido(s): L & M Suplementos Alimentícios LTDA

Origem: 1º PJ do Consumidor

Assunto: Averiguar a possível ocorrência de propaganda enganosa realizada pela empresa L & M Comércio de Suplementos Alimentícios LTDA - ME, acerca do produto Hipermemo.

2.4.6. Processo nº 000189-450/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): M.I.R.V.

Origem: 4º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta situação de risco a qual estaria exposta a criança A.C.C.V. (2 anos)

2.4.7. Processo nº 000230-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Delegado de Polícia Civil Aldo Botelho

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar conduta do Delegado de Polícia Aldo Botelho, em razão de constrangimento causado a alunas da Faculdade Ideal (FACI).

2.4.8. Processo nº 004267-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível conflito fundiário no território quilombola de Erepecuru, Município de Oriximiná.

2.4.9. Processo nº 000871-921/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Benedita Nazaré de Azevedo Barbosa

Origem: 4º PJ de Abaetetuba

Assunto: Averiguar possível ocorrência de improbidade administrativa em razão da ausência de prestação de contas quanto ao Convênio n.º 096/2007, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará e o Movimento de Defesa das Mulheres Abaetetubenses - MODEMA.

2.4.10. Processo nº 000300-940/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED

Origem: 6ª PJ de Marabá

Assunto: Acompanhar a implementação no município de Marabá do Projeto "Ministério Público pela Educação - MPEDUC"

2.5. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

2.5.1. Processo nº 000333-125/2014

Requerente(s): Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUIBB

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital  
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no convênio firmado em 05/01/2005 entre o Hospital Universitário João de Barros Barreto e a Secretaria Municipal de Saúde - SESMA, em que o então Gestor Municipal não teria adimplido com o que fora pactuado no 2º termo aditivo.

2.5.2. Processo nº 000350-030/2016

Requerente(s): Aprovados no Concurso Público para Guarda Municipal

Requerido(s): Prefeitura de Parauapebas

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar possível omissão do Prefeito Municipal de Parauapebas em relação a convocação dos candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Guarda Municipal.

2.5.3. Processo nº 000649-125/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará - Polícia Militar do Estado, FADESP

Origem: 4º PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos humanos da Capital

Assunto: Apurar supostas irregularidades na etapa de avaliação psicológica do concurso de Praças da PM.

2.5.4. Processo nº 000228-116/2013

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): Tribunal de Contas do Estado do Para- TCE

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas por Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado - TCE, especificamente, pelo Presidente (Cipriano Sabino de Oliveira Júnior), Vice-presidente (Luiz da Cunha Teixeira) e Corregedor (Ivan Barbosa Cunha), referente a depósito dos valores de representação dos cargos, diretamente na conta pessoal de cada um, sem aparecer tais valores nos respectivos contracheques.

2.5.5. Processo nº 000240-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de atos de improbidade administrativa na realização de progressão funcional de professores da Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de apresentação de documentação oriunda da instituição de ensino superior Faculdade Reunida - FAR, que não seria credenciada pelo MEC.

2.5.6. Processo nº 000322-151/2016

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA

Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas relacionada ao Termo de Compromisso nº. 165/2011, exercício 2010, concedido pela Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, cuja ordenadora de despesas era a Sra. Maria de Nazaré de Mello e Silva Soares.

2.5.7. Processo nº 000228-940/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Simone Silva Salame

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Averiguar indícios de acúmulo ilegal de cargos públicos, na esfera da Prefeitura Municipal de Marabá, pela servidora Simone Salame.

2.5.8. Processo nº 000034-125/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará - UEPA

Origem: 1º PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos humanos da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas no Processo Seletivo de 2015, da Universidade do Estado do Pará - UEPA.

2.5.9. Processo nº 000054-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São João de Araguaia

Origem: PJ de São João de Araguaia

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades em serrarias nas Vilas Diamante e São Sebastião, no Município de São João de Araguaia.

2.5.10. Processo nº 000380-950/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna

Origem: 10ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a responsabilização do Município de Nova Ipixuna/PA para adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições das Leis Federais acima citadas, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012).

2.5.11. Processo nº 000014-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba/ Secretaria Municipal de Saúde

Origem: 3ª PJ Cível de Marituba

Assunto: Apurar as condições de funcionamento das unidades básicas de saúde (posto de saúde) do Município de Marituba.

### 3. Apreciação de Propostas de Resoluções:

3.1. Proposta de Resolução que disciplina e regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, os mecanismos de fiscalização do cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta tomado pelos órgãos de execução e a revisão pelo Conselho Superior do arquivamento do inquérito civil ou procedimento no qual foi tomado o compromisso.

3.2. Proposta de Resolução a ser apresentada ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, que disciplina e regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta e a recomendação.

### 4. Apreciação de Expediente:

4.1. Indicação de Membro para atuar no feito.

Processo nº 2.00139/2014-CSMP (IC Nº 002/2012-MP/PJC)

Procedência: PJ de Curuçá

Interessado(s): Fernando Alberto Cabral da Cruz; Manoel Belmiro Macedo.

Assunto: Denúncias de irregularidades na administração pública de Curuçá.

5.0 que ocorrer.

Belém-PA, 16 de abril de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

**Protocolo: 302005**

### PORTARIA Nº 1.777/2018-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 07/2018/ASS/JUR/PJ, datado de 27/2/2018;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA N.º 1474/2011-MP/PJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor RICARDO JOSÉ CABRAL DE CARVALHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotado no Apoio da Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 10, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquele Apoio, a contar de 1º/3/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 1.776/2018-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 07/2018/ASS/JUR/PJ, datado de 27/2/2018,

R E S O L V E:

DISPENSAR a servidora efetiva GEORGIA HESKETH TOSCANO do exercício da Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, concedida pela Portaria nº 4.246/2016-MP/PJ, de 8/7/2016, publicada no D.O.E. de 22/7/2016, a contar de 1º/3/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça